

---

## RACISMO NO “QUILOMBO” MUCAMBO? ALGUMAS INTERFACES DO COTIDIANO ESCOLAR NO RELATO DE UM PROFESSOR APOSENTADO

Edson Carvalho de Souza Santana<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho abordou questões evidenciadas por intermédio de uma pesquisa-ação desenvolvida na comunidade do Mucambo – Barreiras, extremo Oeste da Bahia. Ela buscou responder dados apontados por um estudo de caso qualitativo de cunho etnográfico realizado em uma pesquisa de mestrado desenvolvida entre os anos de 2009 e 2011. A pesquisa-ação foi realizada por bolsistas do PIBID em parceria com a comunidade escolar. Teve como objetivos aprofundar conhecimentos sobre as realidades educacionais e étnico culturais de uma escola municipal, fomentar a aproximação escola/comunidade, contribuir para a melhoria da ensinagem. Têm como suporte teórico, entre outros, Anastasiou, (2001); Demo (2008); Berbier (2008); Thiollent 2009; Cavaleiro (2001); Dias Sobrinho (2009); Gomes (2005); Munanga (2009); Pereira (2010) e Rios (2009). A pesquisa do mestrado sinalizou que a comunidade do Mucambo vem constituindo a sua territorialidade desde meados do século XIX. Apontou, também, a existência da prática de discriminação e de preconceito raciais no povoado e na escola. Revelou, ainda, que a comunidade tem uma maneira particular de cultivar e ressignificar suas expressões étnico-raciais e culturais. A pesquisa-ação, por sua vez, projetou articular diálogo e ações conjuntas com a escola e interlocuções com a comunidade mucambense.

**Palavras-chave:** Mucambo. Pesquisa-ação. Escola. Identidade étnico-racial. PIBID.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho realizou uma reflexão sobre algumas interfaces do racismo. Teve como ponto de partida e de chegada uma escola municipal de uma comunidade negra rural localizada no município de Barreiras, Oeste da Bahia. A sua construção responde a uma provocação posta no contexto do PIBID, enquanto atividade complementar para o período de férias docentes e discentes de janeiro de 2016<sup>2</sup>. Como início do fio da meada deste trabalho, regresso a pesquisa de mestrado<sup>3</sup> realizada por mim entre 2009 e 2011 naquela

---

<sup>1</sup> Professor aposentado da Universidade do Estado da Bahia. No período do recorte do texto, Bolsista de Coordenação do PIBID – Departamento de Ciências Humanas, Campus IX, Colegiado de Pedagogia. Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB).

<sup>2</sup> Como os(as) integrantes do PIBID recebem, ininterruptamente, doze bolsas anuais, em contrapartida, em períodos de férias desenvolvem atividades complementares. O nosso grupo se propôs a construção de um relato de experiência, de preferência em forma de artigo.

<sup>3</sup> Parte deste trabalho se reporta a minha pesquisa de mestrado intitulada: Escolaridade, Festejos e Religiosidade na Constituição de um Quilombo Contemporâneo no Oeste da Bahia.

escola, e o desenvolvimento de um projeto do PIBID. As conclusões da pesquisa de mestrado sinalizaram que o preconceito e a discriminação eram intensamente experienciados na comunidade e na instituição escolar:

[...] docentes tem dificuldade para identificar o preconceito e a discriminação raciais explícitos ou velados que permeiam o fazer da Escola. Algumas professoras e professores até que o percebem, porém, muitas vezes de maneira distorcida, ingênua ou, até, preconceituosa. Outras(os) por falta de embasamento ou quem sabe de determinação para enfrentá-los, acomodam-se ou agem de maneira superficial ou inadequada (SANTANA, 2011, p. 89).

Durante a realização da pesquisa pudemos constatar como a prática da discriminação e do preconceito exercia um efeito nefasto em estudantes, impactando negativamente em suas autoestimas, atingindo toda a comunidade escolar, pois o corpo docente, de uma ou de outra forma, os fomentava, seja pelo despreparo, constrangimento ou acomodação. Como afirma Queiroz (2004, p. 28), “O espaço escolar também institui um discurso e uma prática racista. O racismo presente no cotidiano escolar se manifesta não apenas naquilo que diz, mas, sobretudo, naquilo que se cala”.

A realidade desvelada pela pesquisa passou a ser para mim uma constante inquietação, por isso, embora já colaborasse com a escola, realizando algumas atividades pontuais, buscava encontrar alternativas para contribuir de maneira mais efetiva para enfrentá-la. A oportunidade para o buscado desiderato veio em 2012, através da inclusão no PIBID/UNEB, do subprojeto TECENDO OS CAMINHOS DA DOCÊNCIA: a relação Universidade – Comunidade como espaço de construção da identidade do(a) Pedagogo(a).

O subprojeto na escola parceira, campo de estudos e atuação, além de mim, na condição de Bolsista de Coordenação, foi composto também por dezesseis alunos(as) de Pedagogia, Bolsistas de Iniciação à Docência e três professores(as) da escola, Bolsistas de Supervisão.

Na escola, entre outras atividades, o grupo como um todo desenvolveu uma pesquisa-ção tendo como objetivos aprofundar conhecimentos sobre a realidade educacional e étnico cultural da escola; fomentar estudos e realizar formação com vistas ao enfrentamento e desconstrução do preconceito e da discriminação étnico-raciais; contribuir para a melhoria da autoestima dos(as) alunos(a) da escola; contribuir para a melhoria da

ensinagem (ANASTASIOU, 2001)<sup>4</sup> e ensinar a constituição de profissionais pesquisadores sobre suas próprias práticas, tendo à docência como cerne de suas formações. Como suporte teórico, entre outros, trabalhamos com os seguintes autores/as Anastasiou (2001); demo (2008); Berbier (1985); Thiollent (2009); Cavaleiro (2001); Dias Sobrinho (2009); Gomes (2005); Munanga (2009); Pereira (2010); Rios (2009) entre outros.

A pesquisa-ação foi desenvolvida por bolsistas de coordenação, de supervisão e de iniciação à docência, por intermédio de um Subprojeto do PIBID, no âmbito do Colegiado de Pedagogia do Campus IX da Universidade do Estado da Bahia, em uma escola pública municipal e seu anexo, localizada no povoado do Mucambo, município de Barreiras, no extremo Oeste da Bahia. A pesquisa-ação buscou responder a questões apontadas pelo estudo de caso qualitativo de cunho etnográfico, realizada no mestrado entre os anos de 2009 e 2011.

No que se refere à localização geográfica da realização do trabalho, um dos fatores que chamou atenção foi o perfil da microrregião Oeste da Bahia, onde o Município de Barreiras e a Comunidade do Mucambo estão localizados – denominada no passado - e por alguns e algumas, ainda hoje, de além São Francisco - distando 870 km da Capital do Estado da Bahia – Salvador, e 650 km de Brasília, Capital Federal. A região passa por uma ampla expansão agrícola com predomínio absoluto do agronegócio e da cultura do migrante do Sul do país, em detrimento da cultura nativa, principalmente pela negação da história e cultura negra, sobretudo local.

Essa realidade salta aos olhos, seja pelos vários flagrantes efetivados pela Polícia Federal e outros órgãos públicos e organizações sociais, sindicatos, movimentos sociais, Comissão Pastoral da Terra -CPT, Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais – AATR, ONG's, entre outras, na região, enfrentando, denunciando e se esforçando para coibir a prática de trabalho degradante ou análogo a escravidão no campo. A situação degradante é ensejada pelo explícito alheamento de grande parte das instituições do poder público e/ou da iniciativa privada. O alheamento da problemáticas étnico-raciais de afro-brasileiros, indígenas e descendentes, é espelhada também na cidade, inclusive no âmbito escolar. Nesse sentido é relevante retomarmos sobre a afirmação de Queiroz (2004, p. 28) citada anteriormente, e considerar que nesse âmbito, no que tange ao Mucambo, apesar de a escolarização existir no povoado há pelo menos 65 anos, e a

---

<sup>4</sup> Ensinagem, termo utilizado pela professora Anastasiou (2001) que reporta ao processo de ensino aprendizagem, defendendo que ensino e aprendizagem não estão separados, mas fazem parte de um mesmo processo.

maioria dos habitantes de 75 anos abaixo serem pelo menos alfabetizados, o silenciamento escolar frente às práticas discriminatórias e preconceituosas são permanentes, antigas e, ainda hoje, desconcertantes.

A pesquisa de mestrado nos permitiu compreender que a comunidade do Mucambo vem constituindo a sua territorialidade desde meados do século XIX com a efetivação de um possível acoitamento de ex-escravizados(as) e escravização de gentes dos Troncos Familiares dos Mandu e Catula, promovido a partir da vinda de membros de um tronco familiar de colonizadores, os Vieira, que os trouxe consigo e, posteriormente, passou a incentivar a vinda de outros escravizados das lavras de diamante. Todos os três Troncos Familiares tiveram origem nas lavras de diamantes da Chapada Diamantina. Em 2006 a Fundação Cultural Palmares, atendendo solicitação da comunidade, conferiu ao Mucambo o título de Remanescente de Quilombo. Contudo, em 2012 buscando dar desdobramento a essa situação, como, por exemplo, o encaminhamento de titulação das terras, a comunidade decidiu, quando da visita de funcionários do INCRA, rejeitar a condição de “remanescente de quilombo”. Essa é mais um desafio, uma querela delicada que enfrentam os(as) mucambenses.

Geográfica e politicamente o povoado do Mucambo está localizado no município de Barreiras, distando da cidade sede 17 km. Situa-se nas intersecções dos municípios de Barreiras, São Desidério e Luiz Eduardo Magalhães - os expoentes máximos do agronegócio na região; é composto por quatro núcleos habitacionais: Mucambo de Cima, reduto dos descendentes do tronco Familiar dos Vieira; Serra Talhada, Deus me livre e Mucambo de Baixo, redutos dos descendentes dos troncos Familiares dos Mandu e Catula. Dentre as situações emblemáticas ainda hoje enfrentadas pelos mucambenses, está a convivência em uma mesma comunidade, entre descendentes de escravizados e ex-escravizadores(as). Na escola Dr. Abílio Farias encontramos professores(as) dos dois seguimentos.

Nesse contexto, apesar das aproximações e até miscigenações existentes entre eles e elas, os estranhamentos ainda são bastantes presentes. O estudo apontou, também, que a prática da discriminação e do preconceito raciais largamente presente no povoado são reproduzidos na escola com repercussões negativas e prejuízos à ensinagem.

Anastasiou (2001) apontou que comunidades de negros e negras apresentam uma maneira particular de cultivar e ressignificar os seus valores e expressões étnico-raciais e culturais. Apesar das dificuldades visíveis para o seguimento negro do Mucambo para se

organizar étnico-culturalmente, a busca para esse cultivo e ressignificação é bastante expressiva.

A pesquisa-ação, por sua vez, em sua fase inicial foi articulando um dialógico com o todo da escola e esboçando alguma interlocução também com a comunidade mucambense. O foco das ações na escola foi voltado à educação para as relações étnico-raciais, cuja matriz orientadora principal é a Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008 que alterou a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que havia modificado a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".<sup>5</sup>

## **DESENVOLVIMENTO**

No que tange às comunidades rurais tradicionais, embora saibamos que na microrregião Oeste da Bahia existam várias comunidades negras rurais, encontramos pouquíssimas pesquisas sobre elas e muito menos com elas, sobremaneira no que diz respeito à educação. Essa realidade também alimentou a necessidade da realização da pesquisa de mestrado e, no momento oportuno, buscando dar encaminhamento às questões por ela levantadas, foi de suma importância o PIBID que foi elemento chave para a efetiva instituição socialmente significativa do tripé ensino pesquisa e extensão, no âmbito do subprojeto do Colegiado de Pedagogia do Campus IX da UNEB.

Apesar do suporte proporcionado pelo PIBID para o desenvolvimento da Pesquisa-ação, não podemos negar que enfrentamos alguns percalços para a realização das ações propostas, entre eles: a falta de suporte para o transporte dos bolsistas, falta de apoio logístico tanto por parte da Prefeitura quanto do próprio Departamento – Campus IX da UNEB, falta de um acervo bibliográfico para a temática específica. Isso, sem considerar a precária infraestrutura tanto da comunidade quanto da escola.

No quesito identidades étnico-raciais, apesar de todos os predicados que os negros e negras mucambenses possuem para a sua afirmação, a sua autoidentificação é um tanto problemática, com impasses que se generalizam em disputas identitárias e por território

---

<sup>5</sup> Nas proximidades do Mucambo existe um acampamento de indígenas que na década de 1960 tivera suas terras invadidas e foram obrigados a se retirar. Esses indígenas, após perambularem Bahia afora, regressaram em 2010 para o seu lugar de origem onde, desde então, permanecem acampados. As suas crianças também frequentam a Escola do Mucambo.

que não é de se estranhar, uma vez que pudemos verificar em documentário etnográfico intitulado *Quilombos da Bahia*, dirigido por Antônio Olavo, retratando vários quilombos do estado da Bahia, onde se constituiu dilemas relacionados as suas autoidentificações e, conforme escreve Pádua e Silva,

Nas narrativas dos moradores também percebemos um grande dilema: Quem são eles? Como se vêem? Muitos não se reconhecem como quilombos; outros mais politizados, já reivindicam essa condição. Sobre ser negro, também vivem um dilema comum dos brasileiros: são negros “puros” ou misturados? (PÁDUA; SILVA, 2007, p. 77. Aspas do original).

Essa contemporânea abordagem sobre as comunidades negras rurais, entre outros estudos, também contribuiu para a compreensão da realidade do Mucambo, principalmente relacionada ao contexto que o insere. Registros orais informam que a existência da escola no povoado remonta aos anos 1930. Antes, porém, como defende alguns moradores, a escolarização era praticada por particulares, por isso, seu início é bem mais anterior. Um registro interessante nesse sentido é o fato de que a maioria dos seus habitantes é alfabetizada, incluindo os idosos.

Em 1992, o prédio escolar passa a ser identificado por Escola Dr. Abílio Farias. Em 2003 foi construído o seu Anexo I, também no Mucambo de Baixo, distando 200 metros da Sede. Nesses espaços é oferecido o Ensino Fundamental - da Educação Infantil à 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental – além da Educação de Jovens e Adultos.

De todas as professoras e professores entrevistados(os) na pesquisa de mestrado, apenas uma, afirmou conhecer a Lei 10.639, o que representa apenas 9% das falas, sendo que 100% desconheciam a existência da Lei 11.645, consideremos que mesmo tendo a Câmara Municipal de Vereadores de Barreiras institucionalizada, no âmbito do município, embora um tanto confusa, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira nas suas escolas, através da Lei n. 676/2005<sup>6</sup>, com conteúdo similar a Lei 10.639. A Lei municipal tem a seguinte Ementa: “Torna obrigatória a temática sobre a Cultura Popular e Cultura/História Afro-Brasileira no sistema de ensino municipal tendo como base a lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, e dá outras providências”. Apesar dos seus oito anos de existência de sancionada, ela ainda não saiu do papel, inclusive no âmbito da escola Dr. Abílio Farias.

<sup>6</sup> Lei Nº 676/2005. Câmara Municipal de Barreiras. Disponível em: <https://camara.barreiras.mtransparente.com.br/admin/data/LEI240516080953.pdf> Acesso em: 13 nov. 2023.

Os dados da pesquisa também revelaram que parte considerável do corpo docente tem dificuldade para identificar os preconceitos e as discriminações raciais explícitas ou veladas que permeiam o fazer da escola. Algumas professoras e professores até que o percebem, porém, muitas vezes de maneira distorcida, ingênua ou até preconceituosa. Outras(os) por falta de embasamento ou quem sabe de determinação para enfrentá-los, acomodam-se ou agem de maneira superficial ou inadequada. Perguntado aos professores e professoras se tem preconceito na escola

Se tem preconceito na escola? Tem muito preconceito. A escola estava tentando organizar uma peça composta por alunos negros, e os negros não queriam se mostrar, aí eu falei: vocês não vão como escravos. E eles mesmo assim não queriam participar da peça por que tinham vergonha, eles não vêem seu valor na sociedade. Por isso, eles mesmos têm preconceito. (CATUMBELA)<sup>7</sup>.

É inegável que o longo histórico da escravização praticada no Brasil impacta a todos(as), direta ou indiretamente. Por outro lado, é inaceitável admitir que o estado de marginalização e guetificação em que ainda vive o estrato étnico-racial negro da sociedade brasileira, incluindo o Mucambo de Baixo, sejam apenas resultados residuais do nosso longo período da escravização. Nesse sentido, é gritante que uma escola como a do Mucambo, com as necessidades impostas pelas suas particularidades ainda não consiga confrontar o estigma da escravização, e continue abordando-o apenas de maneira pontual, distorcida ou descontextualizada.

Por mais que se tente ocultar, o problema étnico aparece no espaço escolar de modo bastante consistente. As profissionais da escola não se sentem responsáveis pela manutenção, indução ou propagação do preconceito. Mas, tendo em vista a realidade do problema, cria-se, então, a necessidade de responsabilizar alguém pela sua ausência. Nessa hora, as vítimas passam a serem as culpadas pela situação. (CAVALLEIRO, 2000, p. 67).

Por outro lado, esses problemas têm sido agravados pelos estereótipos criados e praticados historicamente pela sociedade brasileira e que, infelizmente têm encontrado grande eco também, nas relações sociais e escolares do Mucambo. O que tem contribuído

---

<sup>7</sup> Buscando preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa assim foram identificados: adultos(as) tiveram seus nomes substituídos por nomes de países africanos; os(as) jovens por nomes de capitais de países africanos; os(as) estudantes por nomes de invenções africanas; professoras(es) foram nomeadas por rios africanos; os membros da família Vieira, por sua vez, com nomes de montanhas africanas.

para um sentimento de rejeição de si, principalmente entre as crianças, características assumidas por pessoas estigmatizadas. “Os estereótipos, por sua vez, dão origem ao estigma que, imputado ao indivíduo negro, dificulta sua aceitação no cotidiano da vida social, impondo-lhe a característica de desacreditado” Cavalleiro, (2000, p. 24). O estigma relacionado à negritude funciona como um traço, um carimbo que, na concepção de Goffman (1963), se torna um mecanismo que impede o(a) estigmatizado(a) de perceber seus atributos de maneira positiva, uma vez que as relações sociais fazem recair sobre ele(a) uma visão de inferioridade pré-concebida e estigmatizante.

Entre os achados da pesquisa chamam a atenção a média de 16,6% das falas dos jovens que afirmam, que a comunidade sente vergonha de sua negritude por causa do racismo existente no povoado. Isso denota que ao mesmo tempo em que (re)afirmam sua condição de negritude, têm dificuldades para assumirem identidade negra como também a quilombola. Isso pode também ser o reflexo do cerceamento a que estão expostos na sua própria territorialidade, o que é visivelmente um fator de constantes constrangimentos, afinal, como afirma Bandeira (1988, p. 299) “O preconceito racial vivido concretamente assume sua feição violenta e dolorosa, impondo sofrimento moral à comunidade”. Por outro lado, Poutignat (1998) ensina que os constrangimentos étnicos reforçam nos grupos discriminados a disposição de reafirmarem o seu pertencimento étnico.

## CONCLUSÃO

No que se refere a assunção da problemática étnico-racial dos(as) mucambenses pela sua escola, ressaltadas nesse sentido, foi a iniciativa do professor e pedagogo Júlio Cesar Dias, a partir do ano 2007, na condição de gestor da Escola Dr. Abílio Farias, por dois anos, embora residisse em Barreiras, idealizou e, em uma parceria da escola com a comunidade, principalmente a juventude, implantou o Projeto Raízes, que talvez represente a iniciativa mais importante da escola nos últimos tempos, principalmente pela proposta de fazer dele um instrumento de articulação escola/comunidade, sobretudo no que tange a valorização etnocultural e, também, pela adesão do(as) mucambenses a ele. Contudo, a escola ainda não se apercebeu da dimensão da sua potencialidade, pois não tem conseguido concretamente efetivá-lo nem mesmo como um eixo temático do seu fazer didático pedagógico. Além disso, o projeto vem perdendo fôlego até mesmo como um evento da

comunidade. Hoje, tem sido mais uma espécie de vitrine, de troféu para ser exibido do que um instrumento político pedagógico da instituição.

Diante dessa realidade, da nossa própria insuficiência para apontar caminhos seguros para dialogar com ela, conjugada com outros fatores inerentes a escola e aos mucambeneses, sobretudo aqueles que identificamos pelo estudo de caso de cunho etnográfico, a oportunidade de realizar uma pesquisa-ação com uma equipe razoavelmente organizada como foi o caso da estruturada a partir do Sub Projeto do PIBID, nos parecia uma caminhada bastante relevante no sentido de compor a difícil, porém necessária, dialética: pesquisar – atuar – pesquisar, sempre submetido ao exercício da autocrítica. Nesse sentido, Barbier (1985), citando Lewin (1972) afirma :

Quando falamos de pesquisa, estamos pensando de *Pesquisa-Ação*, isto é, uma ação em nível realista, sempre acompanhada de uma reflexão autocrítica objetiva e uma avaliação de resultados. Como o objetivo é aprender depressa, não devemos ter medo de enfrentar as próprias insuficiências. Não queremos *ação sem pesquisa, nem pesquisa sem ação* (BARBIER, 1985, p. 38 – Destaque do autor).

Corroborando essa reflexão é que entendemos e temos cada vez mais percebido a pesquisa-ação um caminho bastante palpável para construirmos primeiro com a escola, posteriormente também com a comunidade, alternativas não só para a melhoria da autoestima das crianças, jovens e adultos, a sua autovalorização étnico-racial e a autoformação docente, com foco na educação das relações étnico-raciais, construindo, assim, os caminhos da docência através da articulação universidade com a comunidade como espaço de construção da identidade étnico-racial docente. Pode-se afirmar que essa realidade já começa a ser reconhecida se tomarmos como dado, depoimentos de professores(as) da escola e estudantes universitários(as) envolvidos no projeto, dando conta do aprendizado realizado, da percepção dos avanços nas ações efetivadas junto ao corpo docente da escola, dos(as) seus estudantes incluindo e também os(as) universitários(as). Esperamos que tenhamos deixado boas heranças de empenho e estímulo, como resultado das ações praticadas no contexto da pesquisa-ação.

Para a realidade do Mucambo como um todo, a proposta da pesquisa-ação foi aquela abordada por Barbier (1985) fundamentado em Lewin. Ou seja: “A Pesquisa-Ação participante que, desde o início, envolve no processo de pesquisa os membros da comunidade ameaçada, como foi feito, por exemplo, no projeto de pesquisa sobre o auto

exame das atitudes discriminatórias de uma comunidade [...]” (BARBIER, 1985, p. 39, grifo nosso).

O grupo de pesquisadores(as) do Subprojeto PIBID tem clareza da implicação da complexidade que envolve a pesquisa-ação, pois sabem, por exemplo como defende Thiollent (2009) que

A sua dificuldade está no fato de que não se trata de uma estrutura lógica simples, enquadrável em poucas fórmulas conhecidas. Tal estrutura contém momentos de raciocínio de tipo inferencial (não limitado às interferências lógicas e estatísticas) e é moldada por processos de argumentação ou de “diálogo” entre vários interlocutores. O principal objetivo consiste em oferecer ao pesquisador melhores condições de compreensão, decifração, interpretação e análise e síntese do “material” qualitativo gerado na situação investigativa (THIOLLENT, 2009, p. 31).

Para além da complexidade que a pesquisa-ação carrega em seu bojo, o grupo de pesquisadores(as) também esteve cômico da necessidade de estar atento para a expectativa de transformações sociais que se esperava da sua realização, pois como adverte Thiollent (2009, p. 46) “[...] é preciso deixar de manter ilusões acerca de transformações da sociedade global quando se trata de um trabalho localizado ao nível de grupo de pequena dimensão.” Isso tem servido de alerta ao grupo de pesquisa. Pois, além da complexidade que a pesquisa-ação carrega em si, cada dia vamos compreendendo um pouco mais a complexidade inerente a própria comunidade do Mucambo e da sua escola. Porém, tanto a pesquisa de mestrado quanto a pesquisa-ação desenvolvida sinalizaram caminhos desafiadores por um lado e norteadores por outro.

No que se referem aos encontros e desencontros da comunidade na sua caminhada identitária, desde 2006, quando a ela foi conferido o título de auto reconhecimento de remanescente de quilombo, pela Fundação Cultural Palmares, ela assim consta em todos os censos demográficos do IBGE. Inclusive, consta nos micro dados do censo demográfico de 2022, que mais de 70% da população autodeclarada quilombola em Barreiras-BA, pertence ao Quilombo do Mucambo.

## **REFERÊNCIAS**

ANASTASIOU, L G. C. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

BANDERIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. Estudo Antropológico de Vila Bela. São Paulo. Brasiliense, 1988.

BARBIER, René. **Pesquisa-Ação na instituição educativa**. Tradução de Estela dos Santos Abreu com a colaboração de Maria Wanda Maul de Andrade. Rio de Janeiro. Jorge Zaar, 1985.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer n. 003/2004, CNE. Brasília – DF, 2005.

CÂMARA DE VEREADORES. **LEI n. 676/2005**. Barreiras. Anais. Disponível em [www.camarabarreiras.ba.gov.br](http://www.camarabarreiras.ba.gov.br) Acessado em 17/03/2011.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar** : racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo. Contexto, 2000.

DEMO, Pedro. Pesquisa Participante : saber pensar e intervir juntos. Brasília. Liber Livro. 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª ed. Tradução de NUNES, Maria Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo** : reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Educação como exercício da diversidade. UNESCO. MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção educação para todos; 6). Disponível em [www.dominiopublico.gov.br/.../DetalheObraDownload.do?](http://www.dominiopublico.gov.br/.../DetalheObraDownload.do?) acessado em 19/04/2014

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de Pretos Terra de Mulheres**. Terra mulher e raça num bairro rural negro. São Paulo. Brasil. Ministério da Cultura, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, culturas e civilizações. Global. São Paulo, 2009

PÁDUA, Karla Cunha; SILVA, Amorim Santusa. **Quilombos da Bahia**. Presença Pedagógica. v. 13. n. 73. jan./fev. 2007.

PEREIRA, Rosa Vani. **Aprendendo Valores Étnicos na Escola**. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Formação Humana na Escola).

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade.seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo. UNESP, 1998.

QUEIROZ, D. M. Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior. Brasília : Liber Livro, 2004.

SANTANA, Edson Carvalho de Souza. **Escolaridade, Festejos e Religiosidade na constituição de um quilombo contemporâneo no Oeste da Bahia**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, BA. UNEB. 196 p. 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 17 ed. São Paulo. Cortez, 2009. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).